

O Governo tem que ouvir os trabalhadores das empresas do Grupo AdP

A proposta de Orçamento do Estado para 2018, apesar dos avanços para os quais foi determinante a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores, não responde a muitas das justas reivindicações dos trabalhadores das empresas do Grupo AdP.

Porque... mantém a proibição de valorizações remuneratórias, o que implicaria que todos os trabalhadores chegassem a 2019 com os salários de 2009, e porque, para os trabalhadores excluídos da contratação colectiva, provocaria o arrastar dos problemas, sem qualquer harmonização de rendimentos, nem valorizações remuneratórias.

Porque... este Orçamento mantém as restrições irracionais à contratação de novos trabalhadores, continuando a empurrar áreas crescentes dos sectores operacionais para a precariedade e para a prestação de serviços.

Porque... para os trabalhadores da EPAL, este orçamento mantém a cláusula que tem sido utilizada como desculpa para não cumprir o pagamento do prémio anual pelos resultados da empresa.

O PCP presta contas da Actividade do seu Grupo Parlamentar

Nos últimos três meses, o Grupo Parlamentar do PCP adoptou um conjunto de iniciativas que importam directamente aos trabalhadores das empresas do Grupo AdP.

Questionou o Governo, sobre «A Situação Laboral na Empresa Água do Tejo Atlântico» exigindo o fim da violação da legislação laboral e reforçando a necessidade de contratar mais trabalhadores.

Perguntou ao Governo porque não foram ainda plenamente integrados os trabalhadores da ex-Águas do Oeste no quadro de pessoal da EPAL SA e se vai dar autorização ao Conselho de Administração da EPAL para cumprir o protocolo assinado em 2015.

Entregou um **projecto-lei** que «Determina a aplicação do Acordo de Empresa da EPAL a todos os trabalhadores das empresas criadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março», que aguarda agendamento para debate.

Questionou o Ministério do Ambiente sobre «Os Roubos ilegais pela Administração da EPAL nos salários dos trabalhadores» onde denunciava a recusa de cumprir o Orçamento do Estado de 2017, processando apenas o pagamento de 50% das Anuidades e não pagando o descongelamento das progressões. Foi perguntado o que vai fazer o Governo para que a EPAL cumpra a lei, designadamente o pagamento de retroactivos aos trabalhadores.

(Textos disponíveis no site do Parlamento, ou do PCP e solicitáveis a pcp@pcp.pt).

Algumas das questões levantadas já encontraram solução, fruto da acção organizada dos trabalhadores e da intervenção do PCP. Muitas outras continuam por resolver, exigindo a continuação da luta.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018

Valorizar os avanços, criticar o que está mal, lutar pela plena satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores!

Assumindo o objectivo de prosseguir a recuperação e conquista de direitos, o PCP aponta aos trabalhadores das empresas da AdP quatro objectivos de luta:

Aumentar os rendimentos

dos trabalhadores e reformados;

Reduzir a carga fiscal

sobre os trabalhadores;

Continuar a **recuperação de direitos** roubados;

Garantir o **fim das restrições** ao funcionamento das empresas públicas e o regresso do investimento ao sector.

São medidas possíveis e necessárias que, mantendo a política de recuperação de rendimentos, contribuirão para alimentar o crescimento económico, assegurando uma melhor repartição desse crescimento.

A luta continua!

10
Nov.

Jornada de luta dos Trabalhadores do Grupo AdP

18
Nov.

Manifestação Marquês de Pombal > Restauradores

A proposta de OE para 2018 e os trabalhadores das empresas do Grupo AdP

Recuperação de rendimentos:

Alarga a toda a Administração Pública a reposição das progressões na carreira (com o pagamento faseado dos incrementos salariais); mas é indispensável quebrar o congelamento salarial e a proibição de progressão remuneratória, impedindo que os trabalhadores da AdP cheguem a 2019 com os salários de 2009!!!

Redução da carga fiscal para os rendimentos do trabalho:

(a que o PCP deu uma decisiva contribuição), ainda aquém do possível e necessário para mais justiça na distribuição da carga fiscal entre o trabalho e o capital;

Recuperação de direitos:

Reposição da contratação colectiva para o Sector Empresarial do Estado, tal como já estava previsto no OE de 2017; mas é incompreensível que se mantenha um conjunto de cortes de direitos para os trabalhadores que não estão abrangidos pela contratação colectiva e que são quem tem piores rendimentos no Grupo;

Entrada dos trabalhadores em falta nos sectores operacionais:

Mantem-se uma política restritiva da entrada de trabalhadores para o SEE, que tanto tem degradado a capacidade de resposta operacional, com a pressão crescente para o recurso à prestação de serviços e à precariedade, em vez da entrada de efectivos para as áreas operacionais.

Apesar de alguns avanços, em que foi determinante a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores, é necessário prosseguir a luta para que esta proposta de OE seja alterada na Assembleia da República (onde está em discussão até 24 de Novembro).

O PCP, como sempre, apresentará as propostas concretas de alteração que se impõe. Mas não pode haver ilusões: só a luta pode obrigar o PS e o seu Governo a recuar e a ceder às justas aspirações dos trabalhadores.

Para enfrentar os objectivos do grande capital, de impedir qualquer recuperação de rendimentos, os trabalhadores precisam de afirmar a sua força erguendo-se em luta.

O PCP saúda as acções já marcadas nas empresas do Grupo AdP, nomeadamente a jornada de luta de 10 de Novembro.

O PCP apela à participação de todos na manifestação nacional da CGTP-IN, em Lisboa, em 18 de Novembro, com o objectivo de rever as normas gravosas do Código de Trabalho e exigir que o OE para 2018 atenda às reivindicações dos trabalhadores.